

NOTA DO CONEDH SOBRE EVENTO EM ARAÇATUBA (SP)

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2021.

O **Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais** (Conedh) acompanha com apreensão o desenrolar das investigações sobre o evento extremamente violento ocorrido na cidade de Araçatuba (SP) nessa segunda-feira, dia 30 de agosto.

Chama-nos a atenção que as características do ato parecem indicar um novo padrão de ação de criminosos altamente armados e organizados.

Há elementos que indicam que o evento é mais complexo que um assalto a banco. Pode-se tratar de um **ato de terrorismo**. O uso de explosivos amarrados em civis e espalhados pela cidade, o emprego de escusos humanos e a execução de cidadãos (aparentemente fora da dinâmica do conflito) parecem indicar algo mais complexo e preocupante.

Esse conjunto de características escapam da classificação ordinária de “crimes contra patrimônio” que vem sendo usada pela mídia, denominando o evento de “novo cangaço”. É importante ressaltar que em episódios anteriores similares não observamos esse padrão de atuação dos grupos criminosos.

Causa-nos estranhamento o fato de o evento acontecer às vésperas de um momento delicado da vida nacional, quando grupos radicais, afetos às soluções armamentistas e a táticas violentas para a solução de conflitos sociais, anunciam manifestações, apoiadas por agentes públicos.

Como, aparentemente, se trata de terrorismo, chamamos a atenção para eventuais discursos oportunistas que podem ser usados a justificarem o uso intempestivo da chamada “Garantia da Lei e da Ordem” ou outro expediente truculento por parte de atores interessados em auferir ganhos políticos com a desordem e o clamor social.

Avaliamos como positiva a possível participação da Polícia Federal nas investigações do evento, certos de que cabe às instituições de segurança pública, nos limites dos cânones do Estado Democrático de Direito, informar e esclarecer a população sobre as motivações e desdobramentos do evento.

Por fim, nos solidarizamos com as vítimas e seus familiares.

Robson Sávio Reis Souza

Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais